



EDUCAÇÃO E CIDADANIA: A CIDADE UM ESPAÇO EDUCATIVO NO SEU CONJUNTO

Josiele Pirez–Unilasa/Lucas¹

RESUMO

A educação delinea diversos *modus operandi* que contribuem para o desenvolvimento do cidadão, seja pelas veias da educação informal e seus espaços *sui generis* ou pela educação e seus espaços formais. A (con)vivência em comunidade faz o ser humano mais capacitado para desenvolver competências e habilidades que construam um aprendizado que ressignificar a *civis* [cidade] e o homem que nela habita. Educação e cidadania, conceitos chaves deste artigo, se constituem nesse espaço humanizado e ao mesmo tempo se apresentam como indissociáveis. Desta feita, as vias paralelas da educação e cidadania tendem a inter cruzar-se sem perder seu significado, mas favorecendo a explicitação que o próprio conceito comunica e evoca o entendimento do sujeito de linguagem, do sujeito falante, que representa, reconstrói e ocupa os espaços das *civis*, junto com seus pares. Diante do cenário global da educação que desafia, tanto educador quanto educando, a novos construtos sobre o aprender e o ensinar e, assim, constituir-se como cidadão, urge ainda a necessidade de entender o processo envolto em uma nova concepção. Para realização dessa pesquisa utilizou-se o método indutivo, valendo-se de uma tipologia qualitativa para ter como instrumentos de análise uma pesquisa bibliográfica, o campo de análise é um ambiente educativo, permitindo assim, que a formação destes novos cidadãos auxilie em sua constituição ética, de participação, de responsabilidade, com valores universais em prol do bem comum, com uma visão holística, sem deixar de olhar o particular.

Palavras-chave: Cidadania, Educação, Espaços educativos.

INTRODUÇÃO

Sempre quando se fala em educação voltamos nosso olhar ao espaço escolar, ressaltando que a educação vivenciada nesse ambiente contribui para o desenvolvimento do sujeito cidadão. Entretanto, vários outros ambientes ou espaços que transcendem da sala de aula ou da escola, favorecem decisivamente para essa construção, pois é de conhecimento universal que o homem é capaz de adquirir sua bagagem intelectual em todos os meios pelos que circula.

¹ Professora Josiele dos Santos Duarte - josiele.pirez@gmail.com



Entende-se que o ser humano já pelo fato de viver e conviver em comunidade, é capaz de moldar suas condutas e aprendizados a todo momento, seja no âmbito familiar, seja no convívio com sujeitos que encontram-se próximos dele e no espaço que por antonomásia é definido como o espaço socializador, isto é a escola como instituição, porém não é, este o único espaço quem possui o patrimônio absoluto dessa ação. Para Gusmão apud Liblik, Petraitis e Liblik (2011).

O mundo da cultura e seu movimento, como parte da história de um povo, de uma tradição e herança, ao ser confrontado com outros universos, pressupõe interesses diversos postos numa relação de alteridade [...] experiência de contato entre povos diferentes e culturas diversas coloca em questão um espaço de encontro, de confronto e de conflito, marcado pelo universo, pelo diferente. (LIBLIK, PETRAITIS E LIBLIK, 2011, p.81).

Desta forma, reafirma-se a aquisição de cultura e de aprendizagem em todo o lugar e circunstâncias, tendo como condição primordial a interação entre os indivíduos. Nesse contexto e com o intuito de compreender as cidades oferecem em seus espaços possibilidades de construção dos conceitos de educação e cidadania, constitui-se no foco principal deste artigo, e subsequentemente, procura verificar as cidades, seus espaços e possibilidade de construção dos conceitos de educação e cidadania, assim como conceituar educação e cidadania e por último identificar nas cidades e seus espaços as possibilidades de construção dos conceitos de educação e cidadania.

O tema indagado oferece múltiplas oportunidades de entender as possibilidades que o ser humano tem disponíveis para sua construção, pois é consenso que seu desenvolvimento perpassa o simples ambiente escolar. Gohn (1999) aponta:

A educação não formal designa um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados. Por isso ela também é muitas das vezes associada a educação popular e à educação comunitária. A educação não formal estendeu-se de forma impressionante nas últimas décadas em todo o mundo como “educação ao longo de toda a vida” (conceito difundido pela UNESCO), englobando toda sorte de aprendizagem para a vida para arte de bem viver e conviver. (GOHN, 1999, p. 98,99).



Todas as orientações advindas das instituições tanto locais, como nacionais ou globais tem como norte a implementação de uma nova concepção da educação e da construção dos cidadãos.

METODOLOGIA

Segundo Minayo (2010), metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Inclui a teoria de abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).

Para Severino (2007), a ciência utiliza-se de um método que lhe é próprio, o método científico, elemento fundamental do processo do conhecimento realizado pela ciência para diferenciá-la não só do senso comum, mas também das demais modalidades de expressão da subjetividade humana, como a filosofia, a arte, a religião. Trata-se de um conjunto de procedimentos lógicos de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos.

Para atender aos objetivos propostos deste trabalho desenvolveu-se uma pesquisa do tipo explicativa, uma vez que existe por parte dos pesquisadores a preocupação de identificar os fatores que determinam a ocorrência de determinados fenômenos. Para Severino (2007).

a pesquisa explicativa é aquela que, além de registrar e analisar os fenômenos estudados busca identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos. (SEVERINO, 2007, p.74).

O método é o indutivo por caminhar para planos mais abrangentes, pois vai de um problema particular para um geral. Goldenberg (1997) define o método como a observação sistemática dos fenômenos da realidade através de uma sucessão de passos, orientados por conhecimentos teóricos, buscando explicar a causa desses fenômenos, suas correlações e aspectos não revelados.

Quanto à tipologia é qualitativa uma vez que busca-se apresentar e entender as causas dos fenômenos estudados. No que se refere aos procedimentos técnicos, trata-se



de um trabalho bibliográfico, pois na pesquisa utilizou-se de livros, artigos científicos e materiais da internet. Para Severino (2007):

a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. utiliza-se de dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. (SEVERINO, 2007, p.122).

O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Uma visão crítica de Cidadania

A grande maioria das teorias do conceito cidadania, tem sua origem na antiga Grécia, onde era muito ressaltado o conceito de polis, embora a Grécia, seja a criadora do termo democracia, indissolúvelmente associada ao termo cidadania, apresenta certa particularidade que são estas a base das práticas excludentes. Aristóteles quem cunhou o termo politik zome para identificar a condição social e político do homem. Faz certa ressalva pois segundo Aristóteles (1999):

A observação nos mostra que cada estado é uma comunidade estabelecida com alguma boa finalidade, uma vez que todos agem de modo a obter o que acham bom. Mas, se todas as comunidades almejam o bem, o Estado ou comunidade política, que a forma mais elevada de comunidade e engloba tudo o mais, objetivo vem nas maiores proporções e excelência possível. (ARISTÓTELES, 1999, p.143)

Esta é, em aparência uma definição perfeita de democracia, porém é bom lembrar que para os gregos nem todo mundo tinha a categoria e os direitos de cidadão, pois para o mesmo Aristóteles (1999).

Permanece o assunto da definição do cidadão: É cidadão realmente “aquele que tem a capacidade e a oportunidade de



participar do governo” ou podemos considerar cidadãos também os trabalhadores? Se dermos a estes últimos a cidadania, embora eles não possam participar, então a virtude do cidadão deixa de ser a de todos os cidadãos, uma vez que o trabalhador não a possui... (ARISTÓTELES, 1999, p. 219)

Feita esta leitura podemos considerar que a uma espécie de distorção do conceito não são atribuídas a todos as mesmas considerações. Ao contrário da visão Aristotélica podemos encontrá-la em um dos próceres do iluminismo, Rousseau, quem sentou as bases do convívio no seu Contrato Social, em cujo Livro Segundo, Capítulo II: Soberania é indivisível (1999) assinala:

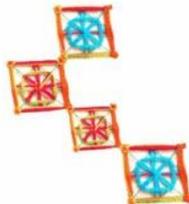
A soberania é indivisível pela mesma ação por que é inalienável, pois a vontade ou é geral, ou não ou é, ou é a do corpo do povo, ou somente de uma parte. No primeiro caso, essa vantagem declarada é um ato de soberania e faz lei, no segundo, não passa de uma vontade particular ou de um ato de magistratura, quando muito de um decreto. (ROUSSEAU, 1999, p. 87)

Para Rousseau o termo soberania perpassa o particular, pois deve ser entendido os anseios de uma sociedade (como uma unidade), como somente um corpo, prevalecendo na concepção de Rousseau, como em todos os outros iluministas, a ideia do bem comum.

Atualmente é importante ressaltar que quando se fala em “educação para a cidadania”, de “projetos educativos” voltados para a cidadania, é imprescindível que envolvam a sociedade e os projetos os tenham voltado para o cidadão em suas preocupações com relação ao ato de contribuir em meio social. Mas apesar da discussão ser bastante ampla, o que se pode perceber é que a literatura produzida não nos esclarece este aspecto importante para as sociedades ditas democráticas. Podemos dizer que é importante na medida em que seja democrática, onde a sociedade tem a participação dos seus indivíduos uma característica básica do que é uma sociedade democrática.

Para Gentili e Alencar (2001):

a cidadania deve ser pensada como um conjunto de valores e práticas cujo exercício não somente se fundamenta no reconhecimento formal dos direitos e deveres que a constituem na vida cotidiana dos indivíduos. (GENTILI E ALENCAR, 2001, p. 89):



Esse conceito sobre cidadania para o autor refere-se a um conjunto de atos a ser exercidos em meio à sociedade.

Segundo Gentili e Alencar, (2001) cidadania se refere à;

Ou seja, não basta que se defina um conceito formalmente. Mais importante que isso é a prática dessa definição. Cidadania significa, além do reconhecimento dos direitos e deveres dos cidadãos, o cumprimento dos mesmos por parte da sociedade. Por outro lado, tanto o reconhecimento quanto o cumprimento destes direitos e deveres, não devem – como é de senso comum – se restringir à esfera política, isto é, ao direito e ao dever de votar e ser votado. Um outro aspecto importante é que a cidadania tem na igualdade uma condição de existência. Igualdade de direitos, de deveres, de oportunidades. Igualdade, enfim, de participação social e política. (GENTILI E ALENCAR, 2001, p. 87).

Em meio a essa definição referente à cidadania, entre direitos e deveres, igualdade entre outros, os “cidadãos” enfrentam justas dificuldades relativas ao exercício destes direitos e deveres que na realidade muitas vezes desconhecem por completo na prática o exercício dos mesmos. Se o indivíduo não tem uma definição do que seja a cidadania, obviamente não poderá exercê-la de forma plena.

Ao mesmo tempo, na medida em que se refere este conceito de cidadania, a democracia tampouco poderá acontecer uma vez que ela se faz na participação dos cidadãos. Ou seja, a cidadania deve ser pensada como condição fundamental para a existência de uma sociedade mais justa, participativa e democrática.

Obviamente não se trata da cidadania “do papel”, isto é da teoria, mas da cidadania em termos práticos, a que deve acontecer com a participação de cada membro, cada cidadão consciente de seus direitos, deveres e valores em meio ao conjunto social, para melhor andamento de uma sociedade cuja seja democrática, participativa juntamente com o indivíduo no qual se insere no meio social.

A educação: Instituição Física e Social

“Allí donde vosotros veis hechos ideales, yo no veo más que hechos humanos, demasiado humanos, ay”

Friedrich Nietzsche



A educação nasce junto com a história da humanidade pois na sua essência, o ensino e aprendizado, encontra-se ancorada a mais elementar das necessidades humanas: a supervivência, o homem para poder sobreviver deve passar para seus filhos tudo quanto aprende e constrói, desta forma, é a escola a instituição que cumpre com esta missão.

Em virtude da configuração social, que também nasce com o homem como sujeito social, por muitos anos sempre existiu um segmento da sociedade humana, o mais favorecido pela escada social obviamente, que exerceu grande controle e influência sobre ela, assim, o paradigma da exclusividade do ensino percorre quase toda a história do homem, e não seria até o advento das teorias libertárias e de reivindicação social sobre tudo das minorias, que se instalam no mundo na década de 1960, que começa a se pensar numa sociedade mais igualitária.

Com alguns matizes de diferenças, a história da educação recente do Brasil, tem passado por algumas mudanças, atendendo as mudanças histórico políticas, para serem estudadas vai ser utilizada a obra de Paulo Meksenas, Sociologia da Educação, que categoriza e explicita da seguinte forma tais abordagens, por ser a Pedagogia a Ciência da Educação, aparecem com o rótulo de Pedagogia.

Pedagogia Tradicional

Esta é uma forma de ensino de tipo conservadora, Meksenas, (2010) destaca:

Parte do princípio de que a melhor forma de adaptar e preparar o indivíduo para a vida em sociedade é fazer com que assimile uma serie de conhecimentos referentes a cultura e a ciência, acumulados no decorrer do desenvolvimento da civilização humana. (MEKSENAS, 2010, p. 52).

Pedagogia Nova

Inspirada nas Teorias de Piaget e Vygotsky (2010) sobre o desenvolvimento através da interação pode ser definida da seguinte forma,

Se o objetivo não é transmitir conhecimentos, mas ensinar o aluno a produzi-lo, então a figura do aluno deve ser tão importante quanto a do professor. Este passa a se ver como orientador. A aula expositiva não se faz necessária. Mais importante que a exposição do professor se tornam os trabalhos em grupo, a dinâmica, o debate, pois todas essas técnicas levam



a valorização da experiência, da prática, em fim de aprender fazendo. (PIAGET e VYGOTSKY, 2010, p.53).

Pedagogia Tecnicista

Nasce do imperativo do mercado do trabalho de criar de forma acelerada, a maior quantidade de mão de obra. Para o Morim (2010):

Um dos objetivos dessa tendência pedagógica é a rápida profissionalização de mão de obra a partir do treinamento do aluno. As aulas passam a se organizar através de recursos audiovisuais, textos programados ou livros didáticos que se estruturam no eixo pergunta-resposta. Ao aluno não cabe o direito ao debate o questionamento. Apenas reação aos estímulos que o instrutor lhe determinar. (MORIM, 1995, p. 57)

A luz das necessidades impostas pelo novo milênio, nascem novos paradigmas e constroem-se novos imperativos, a escola mesmo com toda sua importância histórica e social, a raiz das novas concepções de cultura e construção desta, deixa de ser o lugar único de desenvolvimento de saberes, porém segue sendo o lugar onde pode ser feita a mudança, nesse sentido as palavras de Morim e Kern (1995) em Terra-Pátria cobram a maior transcendência (1995 p.110),

O desenvolvimento, no sentido que lhe demos, supõe a manifestação das autonomias individuais e ao mesmo tempo o crescimento das participações comunitárias, desde as participações próximas até as participações planetárias. Mais liberdade e mais comunidade. Mais ego e menos egoísmo.

O ser humano deve recuperar a capacidade de se articular na ideia do coletivo e do bem comum, princípios fundadores do iluminismo, reivindicados pela escola de Frankfurt e negligenciados por uma sociedade gananciosa demais, fruto do neoliberalismo exacerbado imperante.

Cidade por educação: um grande espaço educativo

Consideramos que a escola é um espaço de suma importância para qualquer indivíduo para o processo educativo, entretanto não é possível esquecer que o aprendizado se constrói na vivência e na experiência, ou seja o indivíduo é plausível de evoluir em todo o momento em todo o lugar. Não é somente na escola o único lugar onde o indivíduo constrói sua identidade, pois para Moura (2005, p. 21) existem duas categorias sugeridas:



Locais que são instituições e locais que não são instituições. Na categoria instituições para serem incluídos os espaços que são regulamentados e que possuem equipe técnica responsável pelas atividades executadas, sendo o caso dos museus, centro de ciências, parques ecológicos, parques zoológicos, jardins botânicos, planetários instituto de pesquisa, aquários, zoológicos, dentre outros. Já os ambientes naturais ou urbanos que não dispõe de estruturação institucional, mas onde é possível adotar práticas educativas, englobam a categoria não instituições.

E segundo este conceito a cidade oferece lugares que foram desenhados e instituídos para a prática educativa, porém esta prática educativa pode e deve se realizar em todos os seus espaços.

A educação não-formal é uma área que o senso comum e a mídia usualmente não veem e não tratam como educação porque não são processos escolarizáveis.

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades ou desenvolvimento de potencialidades, a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica, etc.

São processos de autoaprendizagem e aprendizagem coletiva, adquirida a partir da experiência em ações organizadas segundo os eixos temáticos: questões étnico-raciais, gênero, geracionais e de idade. As práticas da educação não-formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas indenitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais. Elas estão no centro das atividades das ONGs nos programas de inclusão social, especialmente no campo das Artes, Educação e Cultura ou através das prefeituras, todas as cidades de diversos estados possuem alguns programas que beneficiam a população assim as pessoas disfrutam de um conhecimento que talvez não adquiriram dentro de uma educação formal.

Segundo Gadotti (2005), a educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Seus programas, quando formulados, podem ter duração variável, a categoria espaço é tão importante



quanto a categoria tempo, pois o tempo da aprendizagem é flexível, respeitando-se diferenças biológicas, culturais e históricas. A educação não-formal está muito associada à idéia de cultura.

Não podemos deixar de lado esse tipo de educação, desenvolver, criar, participar de atividades que muitas vezes não tem fins lucrativos, apenas voluntários, que traz consigo um grande aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Articular a educação, em seu sentido mais amplo, com os processos de formação dos indivíduos como cidadãos é uma utopia, entretanto estamos caminhando, ou melhor, buscando estratégias para compreender o processo da educação não formal onde na qual possibilitam o envolvimento dos vários campos diferenciados, como a educação formal, informal e não-formal.

Outro fato relevante é que somente através das pesquisas, que investigaremos que as ações educativas não formais vêm ao encontro de uma educação formal. Ou seja, as práticas pedagógicas realizadas em outros contextos que não sejam ambiente escolar, colaboram para que a criança consiga associar, assimilar permitindo que a mesma estabeleça relações no processo ensino aprendizagem além do muro da escola.

Gohn, (2006, p.31-32) em seu texto em relação à metodologia da educação não-formal afirma que:

O método passa pela sistematização dos modos de agir e de pensar o mundo que circunda as pessoas. Penetra-se, portanto no campo do simbólico, das orientações e representações que conferem sentido e significado às ações humanas. Supõe a existência da motivação das pessoas que participam. Ela não se subordina às estruturas burocráticas. É dinâmica. Visa à formação integral dos indivíduos. Neste sentido tem um caráter humanista. Ambiente não formal e mensagens veiculadas “falam ou fazem chamamentos” às pessoas e aos coletivos, e as motivam. Mas como há intencionalidades nos processos e espaços da educação não-formal, há caminhos, percursos, metas, objetivos estratégicos que podem se alterar constantemente.

É válido ressaltar que o educador tenha uma visão e uma compreensão do que é esse ambiente de educação não formal, favorecendo assim em seu planejamento, desenvolvendo atividades que venha a explorar esse ambiente não formal.

Portanto faz se necessário à utilização de qualquer ambiente educativo, permitindo assim a formação de novos cidadãos éticos, participativos, com



responsabilidade, que busque atitudes de bem a todos, com um olhar de modo a viabilizar mudanças significativas na educação e na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ARSITÓTELES, **Os Pensadores**. Editora Nova Cultura LTDA. 1999, São Paulo

GOHN, Maria da Gloria. **Educação não formal e cultura política: Impactos sobre associativismo do terceiro setor**. 3º Edição. São Paulo, Cortes 2005.

GOHN, G. Maria. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas, Ensaio:aval.pol.públ.Educ.**,Rio de Janeiro, 2006.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da Educação: Introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. Edições Loyola, São Paulo, 2010.

MORIM, Edgar. KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Editora Sulina. Porto Alegre. 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. **El anticristo & Ecce Homo**. Editora Brontes. Barcelona, España, 2009.

ROUSSEAU, **Os Pensadores**. Editora Nova Cultura LTDA. 1999, São Paulo.

Acesso [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/1-52-3-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/1-52-3-PB%20(1).pdf)

Acesso <http://www.cieds.org.br/docs/-promocao-da-educacao-nao-formal-em-um-territorio-de-alta-vulnerabilidade-social-um-estudo-de-caso-.pdf>

Acesso http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/educacao_foco/artigos/ano2010/cirandacrianca.pdf

Deverão apresentar apenas as referências utilizadas no texto. As referências, com todos os dados da obra citada, devem seguir as normas atuais e em vigor da ABNT.

Ao fazer citação direta no texto o autor deve indicar, entre parênteses, logo depois da referida citação, o nome do autor em letra maiúscula, o ano da publicação e a página em que se encontra a citação. Para citações com mais de 4 linhas, utilizar recuo de 4 cm, espaçamento simples e fonte tamanho 12. Nas referências colocar as informações completas das obras.



EXEMPLOS:

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O.. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. **E-Mosaicos**, V. 7, P. 3-25, 2019.

BAPTISTA, C. R. *et al.* Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. 2 ed. Porto Alegre: **Mediação**, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: **06 fev. 2020**.